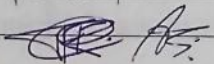


2000. Depois o Tribuna em Deposição Pessoal o Vereador Amaury Valério, que inicialmente lambeceu o assento do Vereador Paulo Pican, desta-
cando que sua culpa após ocupar o Tribunal para assegurar responsa-
bilidade, em vez de apressamento pronunciamento do mesmo. Disse
ainda, que eram inadmissíveis os denúncias descobertas de tal Vereador
que fora eleito ao Estado em decorrência de incompetência profissional,
mais, que o mesmo pretendia atender apenas possíveis eleitores, visto
que também ele era candidato. Bloqueou o discurso do Vereador Júnior dos
Santos Dantas que com dignidade solicitava provas relacionadas
às empreitadas denunciadas. Disse ainda, que um homem que pleitea
na Assembleia Legislativa não podia lançar denúncias levianas e
inventar calúnias, e que repudiava prontamente tal atitude. Adian-
te, desculpe-se pelo discurso inflamado e comparou o Vereador
Paulo Pican ao Sr. Prefeito João Saldanha que utilizava-se de me-
desma, para a favor da própria humana eleger-se. O requer,
disse que todos deveriam acalmar-se, pois a "mão que salta é a
mão que aboca" (sic), no que encimou sua fala. O requer, ocupou
o tribuna o Vereador Emanuel Fernandes, que inicialmente falou
de sua alegria em ter estado na semana anterior juntamente
com o Benedito Dantas contemplando com um banco, o proce-
dimento que faziam então pendentes de levar o assento para sua
família, destacando que a empreiteira foi comprada com recur-
sos do fundo de Amparo ao Trabalhador. O requer falou de seu
orgulho em ocupar um Gaceto que através de brilhante admi-
nistração, lançou até mesmo aos municípios adjacentes não
somente com o Hospital da Mulher como também com diversos
empreendimentos. Abrupto parabenizou o Benedito de Saúde e
elaborou o discurso do Vereador Amaury Valério, no que encimou
sua fala. Nada mais havendo a tratar, o Nobre Presidente em
exercício encimou a presente Sessão em nome de Deus E, para an-
tar, mandou que se lizesse a Moxente Que, que depois de lida,
submissa e aprovada, aprovada, não eximida para que produza
seus efeitos legais.

 AS

Ata da Segunda Sessão Ordinária do
Segundo Período Legislativo da Câmara
do Município de Cabo Frio, de 1992,
no dia 08 (oito) de agosto do ano
de 2002 (dois mil e dois).

Os dados finais do dia 08 (oito) de
agosto do ano de 2002 (dois mil e dois) sob a presidência em exercício do
Vereador Eduardo Faria Neto e com a participação da Comissão Especial pelo
Vereador Ricardo Lyra da Fonseca, reuniram-se ordinariamente a Câmara
Municipal de Cabo Frio para deliberar e eleger o representante do
grupo Vereadores: Aides Braga de Aguiar, Altemir Braga da Silva, Amaury
Val, W. Thomaz Junior, Antônio Carlos de Carvalho, Rinaldo, Augusto da
Silva, do Município de Carvalho, Gustavo Antônio Guimarães, Fernando, João dos
Santos Mendes, José Eduardo Silva de Almeida, José Carlos Lobo, Paulo
da Que, Almeida, José Machado de Faria, José Rodrigues Neto e Welton
elucias da Silva, havendo número suficiente, o Senhor Presidente em exer-
cício declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. A seguir foram
lidos e aprovados os seguintes atos: Ata da vigésima terceira Sessão
Ordinária do Primeiro Período Legislativo, Ata da Sessão de Encerramento do
Primeiro Período Legislativo, Ata da Câmara Sessão Extraordinária do Pri-
meiro Período Legislativo e Ata da Sessão de Instalação do Segundo Pe-
ríodo Legislativo realizada no dia 1 (um) de agosto do ano de 2002 e no
dia 2 de agosto como foi registrada. A seguir, o Senhor Presidente em
exercício após o cumprimento do ato regimental relativo ao Senhor Vereador
no Município a pedido do Expediente, Sr. Rinaldo expediente para se lido, o
Senhor Presidente em exercício pronunciou-se a seguir aos Senhores vereadores. Ou-
treveza a seguinte: com o Primeiro Período encerrado, o Vereador João dos Santos Men-
des que inicialmente procedeu ao sanduíche de pão. A seguir, disse
o Sr. Rinaldo de que haverá uma produção de um novo projeto de lei
proposto pelo Executivo referente a alteração da Lei de Zonamen-
to, com os seus devidos requisitos legais, bem como quanto a que-
rela a ser anexada ao tramite coletivo. Disse ainda que se instalou

siel a simples transferência do hospital, afirmando que era necessário mais em
pinho de legislação em tal questão. Saliente, portanto, que sobre o Sistema de Saúde
de Baurópolis destacando que o mesmo encontrava-se decréscimo, já em obsole-
to a prática da política de saúde, da ecologia, da preservação da água, que havia
mais na do que uma redução da política de saúde. Disse ainda, que fora
do período eleitoral a realidade na realidade no âmbito da educação municipal que
coloca em o papel das autoridades. Continuando disse que mesmo as ge-
tenunciamos alguns políticos com convênios com tais práticas no sentido
de que não eram inovando na defesa de políticas públicas, e que o maior des-
pêndio era o Sistema Municipal conseguindo, falava da necessidade de ser
colocada a responsabilidade do que eram muito bem pagos para serem re-
presentantes legais da população. Comentou ainda, sobre o fato de manca-
rão de consulta pago o ano de 2003 que fora eliminado em 2004 ante
uma e imediatamente prorrogada, deixando que tal fato talvez se deu em
consequência de que em 2004 não houve eleições. Saliente, portanto
sobre o hospital do Hospital Polimonia, destacando que o mesmo estava
seus atos paralisados na Comissão do Governo foi encaminhado para
de Alvin Garcia e que ainda encontrava-se na mesma situação onde
ainda, que tal hospital e o do 2º distrito apenas serviam como "Out-
door" de campanha política e que efetivamente não foram implantados
e mais, permaneceram em estado paralisado. Afirmando que as discussões
líderes deveria ser direcionando para os anseios básicos da população
efetivamente passou a parte a seguinte não foi ponto da população
sursum abusera da falta de política. Saliente ainda que sobre a falta de
verbas de que foram realizadas debates no âmbito de organizações ou
cidadãos quanto ao fato seguinte, enfatizando que o legislativo era o
responsável pela mudança de tal realidade, e mais, registrou que
colava sempre disposto a discutir e a contribuir no que entendia
ser justo. E depois ocupou a tribuna o Vereador Edmundo Valério
de modo a elucidando ao discurso do Vereador Fábio dos Santos
destacando que o mesmo somente se preocupava em diminuir
a imagem de saúde do município e não se lembrava que a saúde
do Município de Saúde de São Paulo havia recebido aplausos do Conselho

nio do Saude po ter quido com dignidade e com fidelidade, e
 a tal obra. Disse que existiam problemas de Sistema de Saude, no entanto,
 no Governo ao qual e chamado Janio Quadros, interpretou, segun existe
 hospital que se assemelhasse ao Hospital da Bahia, muito menos atendi-
 mento a tal populacao. O Vereador Janio Quadros salienta o ponto que foi
 exigido pela Uniao, no entanto, disse que mesmo com a assistencia
 nencia do Vereador Janio Quadros, em seu curto periodo de mandato
 ja adquiriu a semelhanca para as pontes que o Estado do Rio de Janeiro
 não se encontrava em sua total plenitude, porém, obteve grande avanço
 Adiante, encadeia o ponto ao Vereador Janio Quadros. Em aparte, o Vere-
 ador Janio Quadros disse que, no Governo foi construido e
 foram os Hospitais de Santo Antonio, Ido de Saude de Angelim, An-
 ta, Anomom e Bologno, que ofereciam atendimento as comunidades
 do Segundo Distrito, no entanto, nunca foi tão extenso. E segun do
 se que realmente não tinha conhecimento sobre o estado atual do
 Estado do Rio de Janeiro por gestao passada, contudo, era publico e notó-
 rio que o Conselho foi o único do Estado do Rio de Janeiro a
 sofrer intervenção por parte do recurso federal destinado a
 Saude do Conselho, deixando a palavra, o Vereador Amaro Va-
 lles disse que quanto a intervenção federal, o Governo Brasile-
 ral jamais opinava-se e sancionava problemas, que foi posta-
 mente em decorrência de tal efeito que Cabo Frio possuía neces-
 sidade do Governo Federal, o que o Vereador Janio Quadros insistia
 em não entender. Adiante, questiona aos presentes, quanto a exatidão
 da cifra Alain Faria, dizendo que o monte contava com noventa e qua-
 tro por cento de popularidade. Penhorando, falou sobre a politica do Estado
 diante dos problemas municipais, ressaltando que até mesmo para controlar
 deveria se ter consistencia no discurso. Continuou a falar e segun do
 segun do para participar na proxima terça-feira, às 16 horas, no Pla-
 nalto da Casa Legislativa de estado no qual seriam discutidos inter-
 ses municipais, no que encerra sua fala. Não havendo mais ou-
 tras inscricoes para o uso da tribuna, o Sinto presidente em exercicio
 conduziu os trabalhos para o Orden do Dia não havendo mais

para serem apresentadas na Ordem do Dia e nem para o uso da
tribuna em Expleição Local, o Senhor Presidente em exercício em nome
a presente Ordem em nome de Deus E, para constar, mandei que se
levesse a presente Ata, que depois de lida, submetida a aprovação
plenária, aprovada, seja assinada para que produza seus efeitos legais



15/03

Ata da Sessão Extraordinária
do Segundo Período Legislativo
da Câmara Municipal de Cabo
Frio, realizada no dia 13 (treze)
de agosto do ano de 2002 (dois
mil e dois).

Os dezesseis horas do dia 13 (treze)
de agosto do ano de 2002 (dois mil e dois) sob a Presidência em exer-
cício do Senhor Eduardo Pinheiro Neto e com a participação da Primeira Se-
cretaria pelo Senhor Ricardo Ferreira da Rocha, número 21. Ordena-
mente a Câmara Municipal de Cabo Frio, após dezesseis, responderam a
chamada regimental os seguintes Senhores: Ruy Filho da Rocha, Am-
aral, Valério Thomas Júnior, Antônio Carlos de Carvalho Brandão, Augusto
Schneider, Fernando de Carvalho, Antônio Antônio Guimarães, Augusto
Júnior dos Santos, Luiz Carlos de Jesus, José Roberto de Jesus, José
Rodrigues Neto e Valério Rodrigues da Silva. Havendo número regimental
o Senhor Presidente em exercício declarou aberta a presente sessão em
nome de Deus E depois, foi lida e aprovada a seguinte Ata: Ata da
Sessão Extraordinária do Segundo Período Legislativo. E depois, o
Senhor Presidente em exercício após o cumprimento do ato regimen-
tal passou ao Senhor Primeiro Secretário o livro do Expediente e que
possuía do seguinte: CT/RS/80000/SPD-02/26-02. Item: 02. Item:
Resolução de 202. Resoluções nº 010 e 011/2002, em anexo, de autoria